

**Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade do Estado do Mato Grosso
Cáceres - Mato Grosso - Brasil**

Revista da Faculdade de Educação - Vol. 42, (Jan/Dez) de 2026
ISSN: 2178-7476



**EPISTEMOLOGIAS DO SUL:
INTERFACES ENTRE AUTOGESTÃO, TRANSCONHECIMENTO E TRANSUSTENTABILIDADE**

**EPISTEMOLOGÍAS DEL SUR:
INTERFACES ENTRE AUTOGESTIÓN, TRANSCONOCIMIENTO Y TRANSSOSTENIBILIDAD**

**EPISTEMOLOGIES OF THE SOUTH:
INTERFACES BETWEEN SELF-MANAGEMENT, TRANSCONSCIOUSNESS, AND
TRANSSUSTAINABILITY¹**

Prof. Sandro Benedito Sguarezi

Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)
Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)
E-mail: sandrosguarezi@unemat.br

Prof. Allan Kardec Pinto Acosta Benitez

Doutor em Estudos Contemporâneos
Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)
Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso (SECITECI)
E-mail: allanbenitez@secitec.mt.gov.br

Resumo:

A sociedade industrial (racionalidade moderna) - lógica hegemônica - produziram a sociedade de risco: Uma sociedade da incerteza e das grandes mazelas sociais que em nome do progresso econômico e científico colocaram em perigo a vida na terra (racionalidade moderna: sofrendo exaustão, desintegração e desencantamento). Autogestão está produzindo uma nova Epistemologia – do Sul – fundada na complexidade do interconhecimento e no *transconhecimento* (característica auto-eco-organizadora). Um conhecimento *transdisciplinar* que dialoga com a lógica da ecosolidariedade, da teosolidariedade e da antropololidariedade. Essa tríade das eco-teo-antropololidariedades pode revigorar o conceito de desenvolvimento. Desenvolvimento ancorado na sustentabilidade não se reduz ao pragmatismo do mercado, porém o mercado se apropriou

¹ This study aims to advance, revisit, and deepen reflections on the concept of transsustainability, based on: SGUAREZI, Sandro B. Epistemologies of the South: Interfaces between self-management, transconsciousness, and transsustainability. Presented at: (1) XXIX ALAS-CHILE Congress – Latin American Sociology Congress (Working Group #18), Santiago, Chile, September 29 – October 4, 2013; (2) XVI Brazilian Sociology Congress (Working Group #7: Social and Solidarity Economy), Brazilian Society of Sociology (SBS), Salvador-BA, UFBA Campus, September 10–13, 2013. Also published in: RODRIGUES, A. S. & FRANÇA, R. (Eds.). Epistemologies of the South: Studies in literature, languages, and education. Cáceres-MT: UNEMAT Editora, 2014. pp. 335–354.

do conceito. Desenvolvimento *transsustentável* traduz a incompletude da sustentabilidade, pois permite não só o diálogo e o trânsito entre o econômico, o político, o social e o cultural, mas comporta a ousadia da *transcendência* e da *transgressão* que carregam a esperança e a utopia. Uma esperança que não espera. Uma utopia que motiva caminhar. É um fazer junto singular aos sujeitos do processo que estão protagonizando e vivendo outras formas de fazer ciência e construindo *outro mundo possível*. As Epistemologias do Sul apresentam infinitas possibilidades no processo de transição paradigmática/paradigma emergente rumo ao *inédito viável*.

Palavras-Chave: autogestão, *transsustentabilidade*, complexidade.

Abstract:

Industrial society (modern rationality) – governed by hegemonic logic – has produced a risk society: a society of uncertainty and profound social ills, which, in the name of economic and scientific progress, has jeopardized life on Earth (modern rationality now faces exhaustion, disintegration, and disenchantment). Self-management is fostering a new epistemology – from the Global South – rooted in the complexity of interknowledge and transconsciousness (with its self-eco-organizing nature). This is a transdisciplinary knowledge that engages with the logics of ecosolidarity, theosolidarity, and anthroposolidarity. This triad of eco-theo-anthroposolidarities may revitalize the concept of development. Development anchored in sustainability cannot be reduced to market pragmatism—yet the market has appropriated the concept. Transsustainable development expresses the incompleteness of sustainability, as it enables not merely dialogue and interchange among economic, political, social and cultural spheres, but embraces the audacity of transcendence and transgression that carry hope and utopia. A hope that does not wait. A utopia that motivates action. It is a collective doing, unique to the subjects of the process who are protagonizing and living other ways of doing science while building another possible world. The Epistemologies of the South present infinite possibilities in this paradigmatic transition/emerging paradigm toward the viable-unprecedented.

Keywords: self-management, transsustainability, complexity.

Resumen

La sociedad industrial (racionalidad moderna) —la lógica hegemónica— ha generado la sociedad del riesgo: una sociedad de incertidumbre y graves males sociales que, en nombre del progreso económico y científico, ha puesto en peligro la vida en la Tierra (racionalidad moderna: sufrimiento, desintegración y desencanto). La autogestión está generando una nueva epistemología —del Sur— fundamentada en la complejidad del interconocimiento y el transconocimiento (una característica autoecoorganizadora). Un conocimiento transdisciplinario que dialoga con la lógica de la ecosolidaridad, la teosolidaridad y la antroposolidaridad. Esta tríada de eco-teo-anthroposolidaridades puede revitalizar el concepto de desarrollo. El desarrollo anclado en la sostenibilidad no se reduce al pragmatismo del mercado, sino que este se ha apropiado del concepto. El desarrollo transsostenible refleja la incompletitud de la sostenibilidad, ya que permite no solo el diálogo y la interacción entre las esferas económica, política, social y cultural, sino también la audacia de la trascendencia y la transgresión que conllevan esperanza y utopía. Una esperanza que no espera. Una utopía que nos motiva a avanzar. Se trata de una acción colaborativa singular con los sujetos del proceso, quienes lideran y experimentan otras formas de hacer ciencia y construir otro mundo posible. Las epistemologías del Sur presentan infinitas posibilidades en el proceso de transición paradigmática/emergente paradigma hacia lo viable sin precedentes.

Palabras clave: Autogestión, Transsostenibilidad, Complejidad.

1 Introdução

A modernidade produziu problemas que sua lógica hegemônica não permite resolver. Diante dessa constatação é urgente pensar em formas alternativas não hegemônicas que possibilitem dar respostas aos passivos da modernidade. Nesse contexto se inserem as Epistemologias do Sul, a economia solidária e a autogestão. As Epistemologias do Sul pela sua característica auto-

eco-organizadora, pelo seu compromisso com a complexidade do interconhecimento e do *transconhecimento*. Pelo seu enfoque transdisciplinar ancorado numa visão de mundo que dialoga com a lógica da ecosolidariedade, da teosolidariedade e da antroposolidariedade nos permite ousar querer um mundo *transsustentável* por comportar a ousadia da *transcendência* e da *transgressão*, que carregam a esperança e a utopia do *inédito viável* e de *outro mundo possível*. As Epistemologias do Sul se apresentam dessa forma como infinitas possibilidades.

2 Epistemologias do sul: complexidade, transdisciplinaridade e *transconhecimento*

A sociedade industrial e a modernidade (racionalidade moderna) - lógica hegemônica - produziram a sociedade de risco. Uma sociedade da incerteza da imprevisibilidade e das grandes mazelas sociais que em nome do aumento da produção, do progresso econômico e científico colocaram em perigo a vida na terra. Para Martins (2023, p. 53)

O valor do relacional é estimulado pela importância de se criticar os limites da racionalidade instrumental e financeira num contexto histórico, em que a mercantilização da vida social guiada pela acelerada inovação técnica está ameaçando de tornar inútil parte significativa da humanidade. Logo, a crítica precisa se voltar para um entendimento vertical do “estado nascente”, isto é, da importância das formas sociais em gestação como alternativas teórica, moral e estética para se revisitar as utopias e os pressupostos de uma solidariedade social generosa.

Essa racionalidade instrumental produziu a sociedade de risco. [...] as constelações da sociedade de risco são produzidas porque as certezas da sociedade industrial (o consenso para o progresso ou a abstração dos efeitos e dos riscos ecológicos) dominam o pensamento e a ação das pessoas e das instituições na sociedade industrial [...] A sociedade de risco não é uma opção que se pode escolher ou rejeitar no decorrer de disputas políticas. Ela surge na continuidade dos processos de modernização autônoma, que são cegos e surdos a seus próprios efeitos e ameaças (Beck, 1997, apud Giddens et al., 1997, p. 16).

A maioria das soluções encontradas na sociedade moderna se mostraram insustentáveis. Suas falsas promessas exigem uma reflexão sobre os rumos a seguir. Portanto, é necessário rever paradigmas e procurar alternativas, que reinventem e refundem a concepção de sociedade, de mundo, de natureza e de ciência. Diante de tal complexidade precisamos de novas epistemologias para ler o mundo.

No início da introdução do livro Epistemologias do Sul Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses trazem a citação a seguir: “Uma epistemologia do Sul assenta em três orientações: aprender que existe o Sul; aprender a ir para o Sul; aprender a partir do Sul e com o Sul” (Santos, 1995 apud Santos & Meneses, 2009, p. 9). A fonte desse preâmbulo tem origem na obra de Boaventura de Sousa Santos (1995), *Toward a New Common Sense: Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition*. New York: Routledge que dará início as primeiras reflexões sobre o tema.

Essa obra é o alicerce para todas as outras referências às Epistemologias do Sul que nascem da crítica ao reducionismo científico que cerceia a nossa liberdade e a nossa capacidade de exercício e reflexão científica caracteriza o paradigma emergente. Segundo o autor

O conhecimento do paradigma emergente tende assim a ser um conhecimento não dualista, um conhecimento que se funda na superação das distinções tão familiares e óbvias, que, até há pouco, eram consideradas insubstituíveis, tais como natureza/cultura, natural/artificial, vivo/inanimado, mente/matéria, observador/observado, subjectivo/objectivo, colectivo/individual, animal/pessoa (Santos, 1999, p. 39-40).

Dessa forma o autor quer mostrar a importância de reconhecer a relação sujeito/sujeito e superar a fragmentada visão positivista centrada na relação vertical e autoritária. *Aprender que existe o Sul; aprender a ir para o Sul; aprender a partir do Sul e com o Sul* é uma forma de reconhecer outras modalidades de conhecimento, mas não é apenas isso. É fundamentalmente uma atitude de reconhecer o outro, a diferença, e o diálogo horizontal entre os diferentes.

Essa mudança paradigmática também é enunciada por Morin (2000 e 2007). É necessário superar essa visão ecotecnocrática baseada no positivismo e na hiperespecialização e esse desafio perpassa pelos princípios da complexidade, como preconiza Morin (2000) é imperioso “Reformar o pensamento para reformar o ensino e reformar o ensino para reformar o pensamento”. Reformar o pensamento significa superar a descontextualização do *pensamento abissal* dominante.

O conhecimento dominante está atrelado ao *pensamento abissal*, a ideia e a prática da *colonialidade* e do paternalismo. Santos (2008) resume essa prática pelo conceito da sociologia das ausências.

A sociologia das ausências está vinculada os cinco modos de produção de não-existência: monocultura do saber e do rigor do saber; a monocultura do tempo linear; a lógica da classificação social; a lógica da escala dominante; e a lógica produtivista. Essa lógica comporta a razão indolente e a visão hegemônica (Santos, 2008, p. 93-105).

E vincado às epistemologias do sul no sentido de superar o conhecimento hegemônico o autor propõe o conceito da sociologia das emergências.

A sociologia das emergências consiste em substituir o vazio do futuro segundo o tempo linear (um vazio que tanto é tudo como nada) por um futuro de possibilidades plurais e concretas, simultaneamente utópicas e realistas, que vão se construindo no presente através de actividades de cuidado. Esse cuidado com o presente comporta com ele o Ainda-Não, é a consciência emancipatória [...] A sociologia das emergências se sustenta na ecologia dos saberes; a ecologia das temporalidades; a ecologia dos reconhecimentos; a ecologia das trans-escalas; e a ecologia das produtividades (Santos, 2008, p. 117).

A consciência emancipatória não se apresenta como sujeito histórico, mas tem o papel de promover o diálogo horizontal entre as diferentes formas de conhecimento propostas pela sociologia

das emergências. As Epistemologias do Sul [...] são o conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam essa supressão, valorizam os saberes que resistiram com êxito e investigam as condições de diálogo horizontal entre esses conhecimentos (Santos & Meneses, 2009, p. 9). Essa condição horizontal de diálogo entre os diferentes conhecimentos conduz a utopia do *interconhecimento*.

A utopia do interconhecimento é aprender os outros conhecimentos sem esquecer os próprios. É esta a tecnologia de prudência que subjaz à ecologia dos saberes. Ela convida a uma reflexão mais profunda sobre a diferença entre a ciência como conhecimento monopolista e a ciência como parte de uma ecologia dos saberes (Santos, 2009, p. 47).

Por isso reafirmo a necessidade do ineditismo do *transconhecimento*. O *transconhecimento* não apenas apreende outros conhecimentos sem esquecer os próprios, o *transconhecimento* vai além, ele religa o conhecimento próprio a outros conhecimentos, ele *transpassa* os conhecimentos em conexões que permitem a construção de novos conhecimentos. Prefixo *trans* indica essa capacidade de *transcendência* do óbvio à ousadia do inédito viável. Portanto e necessariamente as Epistemologias do Sul conectam-se a transdisciplinaridade. Segundo a Carta da Transdisciplinaridade em seu Artigo 3.

A transdisciplinaridade é complementar à aproximação disciplinar: faz emergir da confrontação das disciplinas dados novos que as articulam entre sí; oferece-nos uma visão da natureza e da realidade. A transdisciplinaridade não procura o domínio sobre as várias outras disciplinas, mas a abertura de todas elas àquilo que as atravessa e as ultrapassa (Freitas et al., 1994). Essa complementariedade indica a religação e ao mesmo tempo requer a travessura que atravessa e ultrapassa as disciplinas.

A transdisciplinaridade, como o prefixo ‘trans’ indica, diz respeito àquilo que *está* ao mesmo tempo *entre* as disciplinas, *através* das diferentes disciplinas e *além* de qualquer disciplina. Seu objetivo é a *compreensão do mundo presente*, para o qual um dos imperativos é a unidade do conhecimento (Nicolescu, 1999, p. 46)

As Epistemologias do Sul carregam a unidade do conhecimento e o desafio da *transgressão* que propõe a transdisciplinaridade. *Transgressão* no sentido de superar, de abrir possibilidades e reconhecer conhecimentos emergentes promovendo o diálogo horizontal entre os diferentes conhecimentos, desafiando o privilégio epistêmico do Norte global, sem a pretensão de ser hegemônico. As Epistemologias do Sul que comporta

[...] a ecologia dos saberes é, basicamente, uma contra-epistemologia. O impulso básico que a faz emergir resulta de dois factores. O primeiro é o novo surgimento político de povos e visões de mundo do outro lado da linha como parceiros da resistência ao capitalismo global, isto é, a globalização contra-hegemônica [...] O segundo fator é uma proliferação sem precedentes de alternativas que, contudo, não podem ser agrupadas sob a alçada de uma tal alternativa singular. A ecologia dos saberes procura dar consistência epistemológica ao pensamento pluralista e propositivo (Santos, 2009, p. 47).

As Epistemologias do Sul não são espaços, apenas de reconhecimento, mas de antagonismos e de complexidade, de *luz e sombra* que buscam compreender contradições e identificar alternativas para promover outro tipo de ciência, outro tipo de desenvolvimento e outra sustentabilidade. Um desenvolvimento e uma ciência que dialoguem e respeitem o humano e as suas relações entre si e preserve as diferentes formas de vida.

Visto que o sistema científico hegemônico pensa pelo paradigma da modernização simples, no qual os modelos teóricos tradicionais estão limitados, estão em crise – para entender a *modernização reflexiva* – em virtude dessa complexidade, faz-se necessário o pensar complexo, o pensamento que religa ao mundo da ciência o mundo das humanidades. Isto posto, essa relação deve desenvolver-se respeitando os princípios da teoria da complexidade e de outras epistemologias, dentre elas as Epistemologias do Sul. Para um dos artesãos da teoria da complexidade Morin (1997, p. 11) expressa:

O pensamento complexo tenta religar o que o pensamento disciplinar e compartimentalizado disjuntou e parcelarizou. Ele religa não apenas domínios separados do conhecimento, como também – dialogicamente – conceitos antagônicos como ordem e desordem, certeza e incerteza, a lógica e a transgressão da lógica.

O desafio da complexidade está em ampliar, transcender, questionar as evidências provocadas pela homogeneização, superar a incompreensão inerente ao pensar simples através dessa religação dos saberes, da religação entre ciência e arte e compreender que “[...] a complexidade surge como dificuldade, como incerteza e não como uma clareza e como resposta” (Morin, 1999, p. 177). Buscar na *ciência com consciência* pavimentar novos caminhos que priorizem uma ciência crítica, autocrítica e criativa valendo-se da complexidade é o desafio, visto que a racionalidade moderna não responde às perguntas, tampouco dá respostas aos problemas que ela formulou. Diante desses desafios emergem alternativas não hegemônicas competentes para construir relações sustentáveis e solidárias que contribuam para enfrentar esse *conjunto vazio* que é a incerteza. É nesse cenário que fecunda a proposta das Epistemologias do Sul.

3 Epistemologias do sul: autogestão, *trans*conhecimento *trans*sustentabilidade

As transformações no mundo do trabalho estão causando mudanças significativas na sociedade. Como resposta para enfrentar a permanente crise do capital e os problemas ocasionados por essas mudanças os movimentos sociais encontraram na economia solidária e na autogestão uma alternativa para a geração de trabalho e renda na perspectiva do local e da sustentabilidade.

Dowbor (2020) defende que, diante a perversa destruição ambiental, a ascensão cada vez maior da desigualdade, concentração de renda, riqueza e poder (caos financeiro) e da pandemia do COVID-19, o capitalismo se desloca e se organiza em novas arquiteturas sociais, em que as grandes indústrias e detentores de poderes econômicos ditam as regras. No entanto, ele acredita que é o

início de uma transformação social maior, a ponto de gerar uma sociedade do conhecimento, uma sociedade que tenha condições de compreender a extensão do que está acontecendo e, assim, se aproprie não apenas dos meios de produção, mas também do conhecimento.

Num viés diametralmente oposto ao propugnado pela economia de mercado surge a proposta da autogestão e da economia solidária que enfrenta o desafio de encontrar nas fissuras produzidas pelo sistema capitalista uma forma de resistência contra hegemônica. Como a cooperação na ótica do solidarismo autogestionário pode contribuir para a construção de novas relações de trabalho e de vida na sociedade moderna?

Se na economia solidária as relações estas centradas na valorização do ser humano e não na sua fragmentação como podemos cambiar nosso modo de vida? Se a produção – em massa – é um fenômeno humano recente, significa dizer que a humanidade viveu muito tempo sem ela.

A produção só aparece como *crescimento da população*. Ela mesma pressupõe de sua parte *relações* dos indivíduos entre si. A forma dessas relações é, por sua vez, condicionada pela produção [...] que representa um modo determinado da atividade desses indivíduos, ou maneira determinada de manifestar a sua vida, um *modo de vida* determinado [...] O que os indivíduos são, coincide, portanto com a *maneira* pela qual produzem. E o que eles são, depende, portanto, das condições materiais de sua produção (Marx, 1979, p. 46).

Isto posto, a vida ou o modo de vida é determinado pelas relações de produção. É por isso que quando se fala em economia solidária, se registra uma forma de relação de produção diferente do sistema capitalista, uma forma diferente de manifestar a vida, porque as condições materiais de produção nos empreendimentos econômicos solidários modificam as relações dos indivíduos entre si. Elas não se dão na ótica da competitividade e da exclusão elas ocorrem a partir da solidariedade e da livre associação, pela autogestão, via a auto-eco-organização.

Os princípios da economia solidária são a Cooperação, a Autogestão, a Solidariedade e a Ação Econômica (CASA). Esses princípios foram referendados por Arruda (2019) e Sguarezi *et al.* (2020) e estão relacionados com os princípios do cooperativismo. São eles que inspiram, projetam a conduta, os valores e os modos de produção dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) que compõem a economia solidária, proporcionando um desenvolvimento alinhado a sustentabilidade, a inclusão socioeconômica produtiva, democrática e socialmente justa (Leal & Rodrigues, 2018; Sguarezi *et al.*, 2020).

A autogestão é o fundamento da auto-eco-organização porque é um movimento que se autoconstrói de baixo para cima, é um movimento popular de base que agrupa a diversidade e parceiros de resistência. E quando se fala de base, pode-se afirmar que é um movimento de resistência e resistente. É um movimento dinâmico e vivo, porém fincado em raízes fundantes, profundamente ramificadas e entrelaças numa trama social radical solidificada e alicerçada numa consciência crítica e consciência organizativa capaz de na luta, promover a *práxis* e com a *práxis* promover a luta.

Fundante porque carrega a potencialidade de refundar a sociedade e os seus valores, e por consequência suas relações. Profundas, ramificadas, entrelaçadas e tramadas porque a autogestão, como princípio da economia solidária e como movimento social deve construir a competência de protagonizar a auto-eco-organização do paradigma de *outro mundo possível*. Um auto-eco-organizar que supere a fragmentação da luta e junte os diferentes movimentos sociais, respeitando suas diferenças, porém construindo pautas de lutas comuns potencializando o florescimento de novas relações de trabalho e de novas relações sociais. Um auto-eco-organizar que permita a construção de pontes e conexões que conduzam transparência nas relações dentro e entre os diferentes movimentos sociais, sujeitos protagonistas de uma realidade social em processo. Sujeitos capazes de construir na trajetória da vida, a luta. E fazer da luta a própria história, a própria consciência de si e de sua luta, porque é a luta que gera a consciência da sujeição à realidade excludente e tirana imposta pelo capitalismo na sua versão aprimorada de neoliberalismo ou do socialismo de Estado igualmente autoritário e perverso.

Para protagonizar a própria história, conhecer a história da luta de classes é fundamental. A experiência de um empreendimento coletivo é um dos fatores que estimula as organizações autogestionárias, que por outro lado exigem uma educação para a autogestão. Para Pistrak (2000, p. 32-33):

A fase em que vivemos é uma fase de luta e de construção, construção que se faz por baixo, de baixo para cima, e que só será possível e benéfica na condição em que cada membro da sociedade compreenda claramente *o que é preciso construir e como é preciso construir*. A solução do problema exige a presença e o desenvolvimento das seguintes qualidades: 1) aptidão para trabalhar coletivamente e para encontrar espaço num trabalho coletivo; 2) aptidão para analisar cada problema novo como organizador; 3) aptidão para criar as formas eficazes de organização.

A aptidão para trabalhar coletivamente só se adquire no trabalho coletivo, pela experiência, no exercício cotidiano. Trata-se, portanto, de um problema que a escola autogestionária terá de enfrentar. Mas a aptidão para trabalhar coletivamente significa também que se sabe dirigir quando é necessário e obedecer quando é preciso protagonizar. A experimentação autogestionária passa pela interlocução da autogestão da pedagogia e da pedagogia da autogestão (Nascimento, 2020). É um processo que se retroalimenta.

Requer um participar, e uma reflexão sobre esse participar. Um participar que significa tomar parte na ação. Participar, nesse sentido é construir novos espaços públicos e de se contrapor na luta à exploração, e assim criar consciência de se auto-organizar numa perspectiva prática de fazimento de uma nova sociedade, uma sociedade autogestionária. Isso requer utopia, na perspectiva freiriana do inédito viável.

Para Freire (2001, p. 29) “É preciso mesmo brigar contra certos discursos pós-modernamente [grifo nosso] reacionários, com ares triunfantes, que decretam a morte dos sonhos e defendem um pragmatismo oportunista e negador da Utopia”. Para tanto a construção de *outro mundo possível*,

ou de uma sociedade autogestionária, só se dará na medida em que a participação social se efetive numa luta contra hegemônica, seja ela a luta para superar o socialismo de Estado ou o capitalismo neoliberal. Por isso, a possibilidade da organização dos trabalhadores sob a forma de empreendimentos econômicos solidários perpassa pela compreensão e pela prática da autogestão. Dialogar sobre esse problema parece pertinente para compreender que a iniciativa da economia solidária requer uma prática de releitura de diferentes conceitos dentre eles o do desenvolvimento local sustentável, pois a realidade da economia solidária transdisciplinarmente está umbilicalmente vinculada a proposta contra hegemônica. Portanto, creio que não existe apenas sustentabilidade, tampouco a realidade complexa do século XXI comporta uma noção hegemônica de conhecimento, o que nos leva a ousadia de propor uma *transsustentabilidade* ancorada na proposta do *transconhecimento*.

O conceito de desenvolvimento sustentável apresentado pela Organização das Nações Unidas pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), no Relatório Final da Comissão de *Brundtland* em 1987 com o título *Nosso Futuro Comum*, definindo desenvolvimento sustentável como “[...] aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades” (Lemos, 1996, p. 7). Para, além disso, é necessário superar essa visão ecotecnocrática baseada no positivismo e na hiperespecialização denunciada por Morin (2000), e avançar ainda mais no sentido de promover a transdisciplinaridade entre a solidariedade e a sustentabilidade numa visão de ecodesenvolvimentista defendida ainda em 1973 por Maurice Strong e Ignacy Sachs. Porque, além de solidária e socialmente justa, precisa-se de uma economia que promova uma sociedade sustentável e

[...] uma sociedade sustentável é técnica e economicamente viável, ao invés daquela que tenta resolver seus problemas através do crescimento constante. A transição para uma sociedade sustentável exige equilíbrio cuidadoso entre objetivos de curto e longo prazo e ênfase em suficiência, equidade e qualidade de vida, em vez de quantidade de produção. Além de tecnologia e produtividade, a transição vai exigir maturidade, compaixão e sabedoria. Os maiores obstáculos são psicológicos, sociais e políticos (Buarque, 1996, p. 14).

Portanto um desafio paradigmático. Num cenário de *insustentabilidade*, de crise mundial e de inadequação econômica, social, ecológica e política do sistema capitalista, o modelo de desenvolvimento hegemônico brasileiro, assentado nos pressupostos do capitalismo neoliberal, aponta para a necessidade de visualizar alternativas para a geração de trabalho e renda e desenvolvimento local sustentável. Para garantir o desenvolvimento local sustentável é necessário superar a lógica hegemônica.

No âmbito desta lógica, a não-existência é produzida sob a forma do particular e do local. As entidades e realidades definidas como particulares ou locais são aprisionadas em escalas que as incapacitam de serem alternativas credíveis ao que existe de modo universal ou global (Santos, 2008, p. 104).

Isso significa dizer que a riqueza e a diversidade do local escapam a compreensão da ciência hegemônica, tampouco é reconhecida pelo capital. Portanto é fundamental cambiar o

paradigma de sustentabilidade para uma *trans*sustentabilidade ancorada igualmente no desafio do *trans*conhecimento.

Se por um lado, o desenvolvimento sustentável adquire o papel estratégico em discursos e projetos, por outro, é fundamental revigorar esse conceito, que não deve e não pode ser relegado à retórica dos discursos do interesse do capital. Uma das possibilidades para revigorar, não só o conceito, mas a prática, é entender a sustentabilidade também como movimento, algo vivo. A outra é ter a ousadia, da *práxis* desse desenvolvimento local sustentável, é *aprender a aprender* na prática com a economia solidária o que é sustentabilidade, e transformar isso em ações concretas em escala social ampliada em forma de *tecnologias sociais* e políticas públicas que emancipem os movimentos sociais e dialeticamente reflita a ousadia que permita construir a futuridade em horizontes inovadores, porém includentes que caminhem ao encontro de práticas que reforçam a revisão do paradigma de desenvolvimento. Assim,

O conceito de desenvolvimento local corresponde, sobretudo a uma multiplicidade assinalável de iniciativas de base local, a partir das quais, actores locais, de muitos tipos e numa grande variedade de situações, tentam encontrar respostas para os problemas colocados pelas crises económicas, tecnológicas, ambientais e políticas que puseram termo ao chamado período dos “anos dourados” do crescimento económico relativamente estável dos 30 anos posteriores à II Guerra Mundial (Amaro, 2009, p. 108).

Esse conceito de desenvolvimento dialoga com as propostas da economia solidária e da autogestão. Evidente que as iniciativas da economia solidária contribuem para revigorar as práticas e o conceito de desenvolvimento local sustentável, mas esse conceito deve estar transdisciplinarmente ligado ao conceito da biocivilização, “[...] que tem a vida e a Terra como eixos centrais, a terceira margem já em construção, como se pode ver nas várias sessões do Fórum Social Mundial” (Boff, 2010, p. 49). Uma civilização cosmológica, planetária, que supere a sociedade industrial, a sociedade da informação, a sociedade do conhecimento e nos leve a era da consciência e a sabedoria

1. um uso sustentável, responsável e solidário dos limitados recursos e serviços da natureza;
2. o valor de uso dos bens deve ter prioridade sobre o valor de troca;
3. um controle democrático deve ser construído nas relações sociais, especialmente sobre os mercados e os capitais especulativos;
4. o *ethos* mínimo mundial deve nascer do intercâmbio multicultural, dando ênfase a ética do cuidado, da compaixão, da cooperação e da responsabilidade universal;
5. a espiritualidade, como expressão da singularidade humana e não como monopólio das religiões, dever ser incentivada como uma espécie de aura benfazeja que acompanha a trajetória humana, pois ancora o ser humano e a história numa dimensão para além do espaço e do tempo, conferindo sentido à nossa passagem por este pequeno planeta (Boff, 2010, p. 50-51).

Para revigorar as práticas de desenvolvimento local sustentáveis é imprescindível que se faça uma releitura de seu conceito e do que é sustentabilidade. O conceito de sustentabilidade não pode advogar a permanência do *status quo* da sociedade de consumo, ele não pode ser apropriado deliberadamente pelo capitalismo, no qual uns poucos ricos permanecem ricos e os muito pobres

permanecem miseráveis. Dialogando com Buarque (1996) indica-se para a reflexão quatro objetivos para o desenvolvimento sustentável que são enunciados por Daly (1996, p. 50, 224) *apud* (Dowbor, 2007, p. 71):

[...] tem de respeitar a escala que o planeta possa sustentar a longo prazo; isto por sua vez implica que respeitemos a visão da *suficiência*, pois não podemos aumentar indefinidamente o nosso consumo sem destruir as bases da reprodução; temos de assegurar a *eficiência* no uso dos recursos, para minimizar o impacto e reduzir os desperdícios impressionantes da nossa forma atual de organização econômica; e temos de assegurar a *equidade* na distribuição, coisa que os mecanismos de mercado não asseguram.

Os referidos autores tocam em pontos chave para a implementação de uma economia sustentável. Mas, talvez, a afirmação mais contundente seja: *os mecanismos de mercado* não asseguram a *equidade na distribuição* não só de bens, mas, também, de oportunidades. A sustentabilidade, na verdadeira acepção da palavra, deve buscar o equilíbrio não da riqueza, mas das condições de vida, da igualdade e da dignidade não só da pessoa humana, mas das condições de vida do humano e do não-humano. Os não-ricos devem ter acesso às condições de vida em pé de igualdade com os ricos. Para tanto, o conceito de desenvolvimento sustentável deve se assentar na lógica da desordem, rumo a uma nova ordem, apontada por pensadores alternativos. E arrisco a dizer que, para erguer *outro mundo possível*, ele deve obedecer no mínimo três lógicas. A lógica da ecosolidariedade, da teosolidariedade e da antropololidariedade.

A ecosolidariedade, diz respeito a uma solidariedade que respeite a natureza. Uma ecosolidariedade que reconhecesse que a terra-mãe como nosso lugar comum, o lugar da diversidade política, econômica, religiosa, cultural.

A teosolidariedade, diz respeito a uma solidariedade capaz de reconhecer que a força da vida não está apenas no homem, mas manifesta-se nas mais distintas formas. Uma teosolidariedade que resgate o sagrado da vida, e permita o respeito às religiões e à paz e à harmonia entre as religiões, entre o homem e o divino, entre o homem e as outras formas de vida.

A antropololidariedade deve permitir que sejam reforçados os pressupostos humanistas radicais em evidência, e em prática. Uma antropololidariedade que coloque o homem e a humanidade e a sua felicidade como finalidade e não como meio ou recurso para explorar o homem e ou a natureza. Uma antropololidariedade que permita a religação do espírito ao corpo e reconhecesse a essência da natureza humana. Essa tríade das eco-teo-antropololidariedades pode revigorar o conceito de desenvolvimento sustentável, na medida em que, como nos ensina Morin, Almeida e Carvalho (2002, p. 68) “[...] elas liguem e religuem a cultura científica a cultura humanística” e juntas interligassem-se uma a outra, tecendo em conjunto uma trama que nos conduza a verdadeira sustentabilidade.

Portanto, não é prudente se fechar na sustentabilidade, creio mais pertinente e inteligível se abrir para a *transsustentabilidade*, e isso, necessariamente perpassa por abrir diálogos epistemológicos com *transconhecimento*. Advogamos a *transsustentabilidade* porque ela comporta a possibilidade

alternativas, em sua maioria, surgiram a partir das comunidades excluídas. Entretanto, essas iniciativas se mostraram sustentáveis, embora paradigmaticamente trabalhem numa ótica oposta à do capitalismo. Daí a importância de considerar o complexo diálogo transdisciplinar entre as Epistemologias do Sul, a autogestão, a *transsustentabilidade*, o *transconhecimento*, e a economia solidária.

4 Considerações Finais

Na nossa visão não se aplica, visto que essas reflexões inacabadas se apresentam como um ponto de partida, e nunca um ponto final. Melhor é encerrar esse texto com algumas perguntas que tem como objetivo provocar os leitores ao debate. Quais as interfaces entre autogestão, *transconhecimento* e *transsustentabilidade*? Elas dialogam sobre as epistemologias do sul? As experiências de autogestão podem efetivamente ser consideradas emancipatórias?

Esse texto é uma provocação de quem comporta uma esperança que não espera. Quer trazer ao diálogo a utopia que motiva caminhar rumo a ousadia do fazer juntos. E estimular o singular e os sujeitos do processo que estão construindo outras formas de fazer ciência e construindo *outro mundo possível*. As Epistemologias do Sul apresentam infinitas possibilidades no processo de transição paradigmática/paradigma emergente rumo ao *inédito viável* e a autogestão é uma delas.

Referências

- AGUIAR, M. D. **Psicologia aplicada à administração**: globalização, pensamento complexo, teoria crítica e a questão ética nas organizações. *São Paulo*: Excellus, 2002.
- ARRUDA, É. F. **Trabalho associado e educação**: limites e possibilidades de uma experiência de autogestão, vivenciados pelos sócios da Associação Cacerense de Catadoras e Catadores/as de Materiais Recicláveis do Pantanal (ASCAPAN). Dissertação (Mestrado em Educação) - PPGEduc/UNEMAT, 2019.
- BATISTA, A. Ciência com consciência. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, 3, 161-166, 1999.
- BECK, U.; GIDDENS, A. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. Unesp, 2001.
- BOFF, L. **A última trincheira**: temos que mudar—economia e ecologia. Alternativas à crise: por uma economia social e ecologicamente responsável. *São Paulo: Cortez*, 35-51, 2009.
- BUARQUE, C. **Modernidade, desenvolvimento e meio ambiente**: *In*: Série meio ambiente em debate. n. 2. Brasília: IBAMA, 1996.
- DOWBOR, L. **Democracia econômica**: um passeio pelas teorias. Banco do Nordeste do Brasil, 2007.
- DOWBOR, L. **O capitalismo se desloca**: novas arquiteturas sociais. Edições Sesc, 2020.
- FREIRE, P. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- FREITAS, L. MORIN, E.; NICOLESCU, B. **Carta da transdisciplinaridade**. Portugal, Convento da Arrábida, 1994.
- GUEVARA, A. J. D. H.; DIB, V. C. **Da sociedade do conhecimento à sociedade da consciência-princípios, práticas e paradoxos**. São Paulo: Editora Saraiva, 2007.

LEAL, K. S.; DESÁRRODRIGUES, M. Economiasolidária: conceitos e princípios norteadores. **Humanidades & Inovação**, v. 5, n. 11, p. 209-219, 2018.

LEMOS, H. M. D. Desenvolvimento sustentável. *In: Desenvolvimento sustentável* (p. 36-p), 1996.

MARTINS, P. H. O valor do relacional: sobre demandas de dádivas em situações distópicas. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, (130), 51-72, 2023.

MARX, K. **O capital**: fundamentos da história. São Paulo: Ática: 1979. p. 45-61, 1979.

MORAIS, C. S. **Teoria da organização autogestionária**. Porto Velho: Edufro, 2002.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita**. *Rio de Janeiro: Bertrand Brasil*, 99, 2000.

MORIN, E. Abertura. *In: Castro, G., Carvalho, E. A; Imeida, M. da C. de. (orgs). Ensaios de complexidade*. Porto Alegre: Sulina, 1997.

MORIN, E. **Educação e complexidade**: os sete saberes e outros ensaios. *In Educação e complexidade: os sete saberes e outros ensaios* (p. 102-102), 2002.

MORIN, E.; LISBOA, E. **Introdução ao pensamento complexo**, 3. Porto Alegre: Sulina, 2007.

NASCIMENTO, C. **Ensaio sobre autogestão e educação popular**. Marília. 139 p, 2020.

NICOLESCU, B. **O manifesto da Transdisciplinaridade**. Trad. Lúcia Pereira de Souza. São Paulo: Triom, 1999.

PISTRAK, A. Fundamentos da escola do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, (40), 73-73, 1982.

SANTOS, B. **A Crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. Edições Afrontamento, 2000.

SANTOS, B. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, B. **Fórum social mundial**: manual de uso. Fórum Social Mundial: manual de uso, 1-154, 2005.

SANTOS, B. **Um discurso sobre as ciências**. 11. ed. Coimbra/Porto: Edições Afrontamento, 2018.

SANTOS, B; MENESES, M, P. **Epistemologias do sul**. Coimbra: CES, 2009.

SGUAREZI, S. B. **Autogestão e economia solidária**: limites e possibilidades. Cáceres: Unemat Editora, 2020. 238. p. 2. ed, E-book, 2011. Recuperado de chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://portal.unemat.br/media/files/Editora/Autogest%C3%A3o%20e%20Economia%20Solid%C3%A1ria%20EBOOK.pdf.

SGUAREZI, S. B; **Autogestão e economia solidária**: limites e possibilidades. Digital 2. Ed. [e-book]. Cáceres: Unemat Editora, 2020. 238. p. ISBN 978-65-990142-2-2. Disponível em: <http://portal.unemat.br/?pg=site&i=editora&m=cadastros-de-obras&c=autogestao-e-economia-solidaria-limites-e-possibilidades-impresso>. Acesso em 10 ago. 2023.

SGUAREZI, S. B; *et al.* **Autogestão e economia solidária**: limites e possibilidades. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

SGUAREZI, S. B; *et al.* Incubação de empreendimentos econômicos solidários e a cultura da solidariedade: experiências de autogestão na Amfruvale. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 7, p. 42867-42885, 2020.

WANDERLEY, L. E. W. **Educação Popular**: metamorfoses e veredas. Cortez, 2010.

Recebido em 19 de abril d3e 2026
Aprovado em 20 de junho de 2026
Publicado em 09 de julho de 2026